



AMM
Associação dos
Municípios das
Missões

**RELATÓRIO TÉCNICO REFERENTE AS CONCLUSÕES DA
CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DA
REGIÃO DAS MISSÕES, REFERENTE A 5ª CONFERENCIA
NACIONAL DE MEIO AMBIENTE E AS CONTRIBUIÇÕES
COLHIDAS**

Município Sede da Realização do Evento: Cerro Largo

Municípios Participantes: Bossoroca, Caibaté, Cerro Largo, Dezesseis de Novembro, Entre-Ijuís, Eugênio de Castro, Garruchos, Giruá, Guarani das Missões, Itacurubi, Mato Queimado, Pirapó, Porto Xavier, Rolador, Roque Gonzales, Salvador das Missões, Santo Ângelo, Santo Antônio das Missões, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Miguel das Missões, São Nicolau, São Paulo das Missões, São Pedro do Butiá, Sete de Setembro, Ubiretama e Vitória das Missões.

Data: 11 de fevereiro de 2025.

Coordenação Regional: Associação dos Municípios das Missões



I – INTRODUÇÃO

O presente relatório técnico visa apresentar, detalhar e demonstrar a realização da Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente da Região das Missões, referente a 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente - e as contribuições colhidas.



O evento foi realizado em Cerro Largo, na sede da Associação dos Municípios das Missões (AMM) e contou com a participação de 27 municípios que organizaram e se comprometeram em participar.

II – DA ORGANIZAÇÃO

A Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente da Região das Missões, referente a 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente foi organizada pela Associação dos Municípios da Região das Missões (AMM) e teve de forma especial e dedicada a participação do Colegiado dos Secretários de Meio Ambiente e Agricultura da Região,



do Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo, sociedade civil, da área administrativa e política da Associação.

A Comissão Organizadora Intermunicipal - COI coube aos seguintes órgãos, instituições e/ou organizações e seus respectivos representantes:

I - Setor Público:

- Antônio Carlos Lopes Cardoso, PM Santo Ângelo
- Felipe Dinarelli, PM Entre Ijuís.

II - Setor Privado:

- Valtemir Bruno Goldmeier, SOLLO GESTAO CONSULTORIA
SERVICOS TECNICOS EIRELI.

III - Sociedade Civil:

- Cristiane Maria Loebens, Comitê de Bacia Hidrográfica dos rios Turvo – Santa Rosa – Santo Cristo.
- Norberto Schoffen, Associação dos Municípios das Missões.
- Cristiane Vargas, Associação dos Municípios das Missões.
- Thayná Rubin Rodrigues, Associação dos Municípios das Missões
- Izabél Cristina Ribas, Associação dos Municípios das Missões.

III – DA PALESTRA DE ABERTURA E NIVELAMENTO DO EVENTO

A Conferência Intermunicipal de Meio Ambiente da Região das Missões, referente a 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente - contou com duas palestras de abertura que versou sobre Soluções e desafios relacionados a biodiversidade e mudanças climáticas para a região das Missões com a Profa Dra Daniela Oliveira de Lima e o Gestor Vanderlei Lermen que além de falar sobre o tema central adentrou na temática dos Créditos de Carbono e sobre práticas para diminuir efeitos dos extremos climáticos na agricultura.



IV – DA DISCUSSÃO DOS TEMAS EM EIXOS ESTABELECIDOS

Após a abertura e das palestras de abertura os trabalhos foram conduzidos pelo Engenheiro Valtemir Bruno Goldmeier e a Bióloga Cristiane Maria Loebens. Valtemir destacou o tema das Mudanças Climáticas buscando uma interação de como os Órgão Públicos poderiam enfrentar o tema de forma a ter Programas e Ações Locais visando uma atenuação dos atuais desafios postos. Restou esclarecido que está ocorrendo um aquecimento gradual local, com temperaturas, nos últimos verões de 3 a 4 °C acima do normal observado a uma década atrás e que isto é preocupante para a região.

Em seguida passou-se ao debate dos 5 eixos temáticos, com um momento de integração e de discussão conforme estabelecido pelo Regimento da Conferencia Nacional. Cada um dos eixos tinha como desafio apresentar contribuições de ações e políticas públicas a serem desenvolvidas no âmbito local, especialmente municipal, para mitigar e atenuar as mudanças climáticas.

Segundo o Regimento da Conferencia Nacional cada eixo teria o direito de apresentar duas propostas de solução e mitigação. Algumas das discussões foram acaloradas e foi impossível apresentar somente duas propostas redundando em mais uma ou duas.

IV – CONCLUSÕES

A partir das discussões resultaram:

Eixo I: **Mitigação – redução das emissões de gases de efeito estufa**



1. Manejo biodinâmico do solo, com práticas conservacionistas e resíduos orgânicos para o meio rural. Transporte coletivo acessível e de qualidade através de energias renováveis para o meio urbano e rural, incentivo a criação de ciclovias municipais urbanas e rurais. Criar e implementar Parques Lineares e Unidades de Conservação Locais e Regionais, e Implementar uma Política Local de arborização urbana e rural de todas as vias existentes.
2. Aplicação do PRA - programa de recuperação ambiental, nas políticas públicas municipais envolvendo todos e quais atos do poder público local com informações e dados públicos, atualizados, confiáveis e disponíveis de fácil acesso a toda a população com total transparência e publicações mensais na rede mundial de computadores das ações efetuadas pelo Poder Público Local.

Eixo II: Adaptação e Preparação para Desastres

1. Planejamento da arborização urbana, manutenção e manejo adequado, considerando as características locais incluindo em especial as áreas de risco para todos os tipos de desastres evitando a ocupação destas, e atenção específica para a drenagem das águas pluviais com mapeamento atualizado e constantemente sendo estudado associado a Programas Permanentes de Educação Ambiental à população, aos profissionais e da rede educacional e Incentivo A Serviços De Preservação Ambiental;
2. Plano Regional de reservação de água e conservação de solo: programa de manejo de solo e reposição de matas ciliares com incentivo e estudo do impacto da água subterrânea para a irrigação com segurança jurídica para licenciar a reservação de água em APP's consolidadas, bem como priorizar o PRONAF aos agricultores que preservam e conservam o meio ambiente com juros menores e valores maiores.
3. Incentivos municipais, com horas máquina aos que manejam o solo com praticas conservacionistas.
4. Empoderamento e melhoramento constante das Defesas Civis Locais com servidores motivados e devidamente equipados com autonomia dos municípios para



a gestão dos recursos da ação de resposta a ações das defesas civis federais estaduais e regionais.

Eixo III: **Justiça Climática**

1. Criar políticas públicas para reservação de água, bem como incentivar mecanismos técnicos viáveis economicamente com segurança jurídica e técnica, visando produzir energia limpa bem como desenvolver projetos de edificações mais seguras e meios de produção adaptados para eventos climáticos associado a um amplo debate permanente de conscientização e de educação ambiental tanto para o meio rural como urbano;
2. Aproveitar as APP para atividades de turismo, espaços de lazer e esportes criando se possível um arranjo local e regional de turismo envolvendo essas áreas e que as mesmas sejam reconhecidas como de interesse social, ambiental e de desenvolvimento econômico com sustentabilidade, na forma de parques lineares.

Eixo IV: **Transformação ecológica: descarbonização da economia e inclusão social**

1. Implementar planos, programas e leis municipais/regionais visando a transformação ecológica, através da arborização urbana e rural, Parques lineares fluviais ao longo de corpos hídricos, corredores ecológicos, áreas verdes, delimitar e isolar as áreas de risco, e estabelecer, implantar e preservar as áreas de relevante interesse ecológico e econômico com redução do consumo de energia elétrica em instalações públicas e priorizando o uso de energia solar, bem como a substituição de lâmpadas por outras mais econômicas, mais sustentáveis e se possível recicláveis e viabilizando através da assistência técnica, financeira e capacitações, a implementação de recuperação de áreas de risco e de preservação, em propriedades rurais, dando ênfase à agricultura de baixo carbono, aumento, gradualmente a cobertura florestal dessas áreas nas propriedades rurais e incentivar a criação de unidades de conservação públicas locais tais como parques lineares fluviais



urbanos, áreas de relevante interesse ambiental (arie) e RPPNs como preconiza a lei do SNUC.

2. Desenvolver no âmbito das Administrações Locais Planos e programas para reaproveitamento de resíduos, especialmente em relação a fração de resíduos passíveis de reciclagem, com programas de facial adesão por parte da população com divulgação, capacitação e implementação de centrais de compostagem e gestão ambiental mais eficiente, desenvolvimento junto a população de programa permanente de educação ambiental quanto aos resíduos priorizando a “não geração” para evitar a necessidade posterior de descarte, e adotando-se o lema que cidades limpas são aquelas que “ não se suja”.
3. Criar programas de agricultura periurbana, com incentivo a composteiras domésticas, hortas, pomares, hortas escolares didáticas.

Eixo V: Governança e Educação Ambiental

1. Criar mecanismos de contrapartida ambiental e incentivos fiscais com ações concretas para a sociedade e políticas públicas nas escolas através de Educação Ambiental - Programa Permanente e que todos os Municípios da Região destinem ou criem áreas e ambientes verdes para proteger a natureza bem como desenvolvam projetos de saneamento básico e resíduos sólidos com informações e dados públicos, atualizados, confiáveis e disponíveis com fácil acesso a toda a população com total transparência e publicações mensais na rede mundial de computadores das ações efetuadas pelo Poder Público Local especialmente das áreas de educação, meio ambiente e da gestão pública local como um todo.
2. Reestruturar e empoderar os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e seus Fundos Locais, bem como o Sistema Tripartite Nacional e Estadual previsto da LC 140/2012 para o meio ambiente integrado as três esferas governamentais dando-se ênfase ao ente municipal como agente central transformador das ações necessárias as mudanças climáticas com informações e dados públicos, atualizados, confiáveis e disponíveis com fácil acesso a toda a população com total transparência e



publicações mensais na rede mundial de computadores das ações efetuadas pelo Poder Público Local especialmente das áreas de educação, meio ambiente e da gestão pública local como um todo.



Cerro Largo, RS, 14 de fevereiro de 2025.

Assinaturas:

Cristiane Maria Loebens

Coordenação Geral da Conferencia Região de Meio Ambiente da região das Missões

Norberto Schoffen
Secretário executivo da AMM

Luiz Rodrigo Ribas
Presidente da AMM e Prefeito de São Miguel das Missões